



# O percurso sócio-histórico do gênero resenha acadêmica

Jorge Luis Queiroz Carvalho<sup>1</sup>  
Aurea Zavam<sup>2</sup>

---

## RESUMO:

Este artigo, recorte de uma pesquisa mais ampla (CARVALHO, 2016), toma por objetivo descrever o contexto sócio-histórico que engendra a produção e circulação da resenha acadêmica, por meio de uma das categorias de análise, neste caso a ambiência, do modelo de análise diacrônica de gêneros discursivos, como proposto por Zavam (2009). Para tanto foram selecionadas 45 resenhas publicadas em 04 revistas da área de Letras e Linguística, que circularam no período de 1953 a 2015. Os resultados revelam que, com o passar do tempo, as características das resenhas vão se ajustando às demandas e às especificidades de cada momento histórico.

---

## PALAVRA-CHAVE:

Análise de gêneros;  
Entorno enunciativo;  
Resenha acadêmica.

---

<sup>1</sup> Professor do Curso de Letras da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN/Mossoró). Mestre e doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [jorgecarvalho@uern.br](mailto:jorgecarvalho@uern.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5796-6656>

<sup>2</sup> Professora do Curso de Letras e do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutora em Linguística pela UFC, com estágio pós-doutoral em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: [aurea.ufc@gmail.com](mailto:aurea.ufc@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1645-3330>

## 1 Como vai ser a nossa conversa

Partindo do princípio de que não é possível conceber os gêneros discursivos dissociados de seus entornos sócio-históricos, este artigo tem por objetivo apresentar uma análise do conceito de ambiência proposto por Zavam (2009) como uma das etapas para a análise de gêneros em perspectiva diacrônica. Em trabalhos anteriores, temos entendido que essa categoria visa a “reconstituição dos acontecimentos históricos que engendram a produção e a circulação dos gêneros” com vistas a “compreender a influência das contingências sócio-históricas na produção discursiva” (CARVALHO; ZAVAM, 2018, p. 49). Nosso interesse é o de dar continuidade a pesquisas desenvolvidas nessa temática, como os de Rodrigues, M.C.S. (2011; 2016), Silva (2012), Sena (2014), Carvalho (2016) e Rodrigues, T. (2016) que se inspiraram no modelo teórico-analítico de Zavam (2009) para suas investigações.

Neste estudo investigamos os aspectos sociais e históricos que circunscrevem a realização do gênero resenha acadêmica publicado na área de Letras e Linguística em periódicos especializados por um período de 62 anos. Para empreender a análise da ambiência, procedemos, metodologicamente, a uma revisão bibliográfica, visto que, além de analisarmos a materialidade textual do gênero, nos valem da consulta a diversas fontes para resgatar a historiografia concernente ao seu contexto de produção e de circulação. O que motivou a análise dessa categoria foi o interesse em reconstituir os acontecimentos históricos que se refletem nas características textuais do objeto elencado, bem como resgatar o percurso de constituição e consolidação da publicação periódica desse gênero na área de Letras e Linguística.

É preciso enfatizar, ainda, que este artigo se configura como um recorte de pesquisa de mestrado (CARVALHO, 2016) e que o exame da ambiência se constituiu como a primeira etapa da análise empreendida, que também contemplou categorias como: interlocutores, propósito comunicativo, conteúdo temático e organização retórica. O *corpus* da pesquisa é composto de 45 resenhas publicadas entre os anos de 1953 e 2015. Optamos por coletar os textos produzidos a partir dos anos 50 do século passado por ser essa a década que marca a inauguração da publicação acadêmica periódica no Brasil voltada especificamente à referida área e que antecede a institucionalização da Linguística como disciplina em nosso país.

Também precisamos especificar que coletamos textos que, não necessariamente, eram publicados em seções nomeadas de “Resenhas” em periódicos acadêmicos de até meados do século passado. Isso se justifica na medida em que, em muitas edições antigas de periódicos, a seção que veiculava o gênero

com propósito de avaliar a produção acadêmica da área não detinha uma nomeação explícita, sendo veiculado em tópicos intitulados: “Notas bibliográficas”, “Notas de bibliografia e crítica”, “Recensões” e também “Resenhas”.

Além disso, para constituição do *corpus* delimitamos alguns critérios de seleção. Como meio de viabilizar a coleta, selecionamos textos publicados em periódicos cujo acervo estivesse disponibilizado em páginas da internet. A partir desses periódicos, elegemos exemplares que tratam de obras da Linguística, quadro em que se articula a nossa formação acadêmica e que possibilita empreender uma análise do gênero desde o início de sua circulação em um campo do saber. O percurso diacrônico desta pesquisa tem início, mais exatamente, em 1953 com a inauguração da “Revista Letras” da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná e encerra em 2015, data que marca o fim da nossa coleta. Disto isso, compilamos o material de análise através da consulta às revistas Letras (UFPR) e Alfa (UNESP), a partir das edições de 1953 e 1962, respectivamente. Coletamos, também, o material publicado nas revistas Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada – D.E.L.T.A. (PUC-SP) e Filologia e Linguística Portuguesa – FLP (USP), que disponibilizam *online* o acervo publicado desde 1997.

Este trabalho é composto, além desta parte introdutória, de outras cinco seções, nas quais procuramos traçar a trajetória da resenha acadêmica, por meio de análise bibliográfica que nos permitiu resgatar o contexto histórico de produção e circulação do gênero. Em cada seção, optamos por apresentar uma discussão teórica e analítica de modo conjugado, visto que o posicionamento dos autores que embasam nossa interpretação foi apresentado em concomitância com a análise textual. Por fim, encerramos este artigo sintetizando os principais resultados e retomando a discussão empreendida.

## 2 No começo só dava Filologia

Neste texto, partimos do princípio de que a história dos gêneros está estritamente relacionada à história social, política, econômica e cultural. Por isso, apresentamos uma análise da *ambiência* (ZAVAM, 2009), isto é, dos acontecidos histórico-sociais que estão por trás da circulação do gênero discursivo resenha acadêmica.

A categoria em discussão configura-se como uma ferramenta para investigar o entorno enunciativo dos gêneros a partir da análise de sua natureza co(n)textual (ADAM, 2011), ou seja, concebendo o gênero como ponto de encontro entre o contexto de produção e o contexto de realização linguística. Para tanto, consideramos

ambas as dimensões na análise do objeto investigado, isto é, resgatando o contexto a partir da revisão bibliográfica e investigando os exemplares coletados do gênero por meio da análise de evidências textuais.

Dito isso, enfatizamos que, embora o trajeto que recobrimos tenha início nos anos 1950, sabemos que a pesquisa linguística no ambiente universitário já era realizada antes, mais intensamente após a criação dos primeiros cursos de Letras no Brasil na década de 1930. Em 1934, foi fundado o primeiro curso de Letras na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo; em 1935, esse curso começou a ter funcionamento na Universidade do Distrito Federal; em 1938, o curso foi inaugurado na FFCL da Universidade do Paraná, e em 1939 tanto na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, quanto na Universidade de Minas Gerais (FIORIN, 2006; CAMPOS, 2011).

Esse contexto sócio-histórico deixou marcas na materialidade textual das resenhas acadêmicas. O excerto que apresentamos a seguir, que aprecia a obra “Gramática do Latim Vulgar”, de Henrique Maurer Jr., embora tenha sido destacado de um exemplar da década de 1960, remete ao período que acabamos de descrever e que buscamos resgatar a partir do gênero analisado:

(Exemplo 01)

Dentro desta matéria, [o livro] é obra inteiramente nova no Brasil e constitui claríssimo testemunho do **grande surto que vêm alcançando os estudos lingüísticos no país, sobretudo após a fundação das Faculdades de Filosofia**. Já ultrapassamos a fase do pioneirismo e estamos empenhados a fundo em alargar a trilha aberta por grandes mestres brasileiros. (Letras, 1961 – grifos nossos<sup>3</sup>)

Nota-se que os cursos de Letras que começaram a ser organizados na década de 30 estavam inseridos nas FFCL das universidades brasileiras, que eram instituições ligadas ao estudo das humanidades e à preparação de professores, como nos diz Vandresen (2001). É somente a partir de 1940 que a chamada Ciência da Linguagem começa a ganhar mais espaço, sobretudo em decorrência da publicação do livro “Princípios de Linguística Geral” de Mattoso Câmara Jr., pesquisador considerado o pioneiro da Linguística no Brasil e cuja contribuição pode ser vista como uma das primeiras sendas abertas para os estudos descritivos da língua.

Antes da publicação do livro, o estudioso já havia contribuído com a divulgação desse quadro teórico ao ministrar cursos na então Universidade do Distrito Federal em 1938 e 1939 e continuou a ministrar, em 1948, novos cursos na Universidade do Brasil. Esse autor também se dedicou a publicação de livros, artigos e resenhas em revistas acadêmicas voltadas à área. Tem se considerado, aliás, que a Linguística se instaurou como campo investigativo no Brasil a partir das contribuições

<sup>3</sup> Todos os grifos em negrito e itálico dos excertos destacados são nossos.

dadas por esse pesquisador, que logo se tornou uma figura prestigiada por seus profícuos estudos voltados à descrição da língua portuguesa pelo viés linguístico.

De fato, tal reconhecimento pode ser atestado nos escritos da época, na medida em que as resenhas dos livros de Mattoso Câmara Jr. não abriam mão de reverenciar seu pioneirismo. Semelhante ao exemplo 01, que destaca a efervescência e o interesse em ultrapassar a fase de pioneirismo dos estudos linguísticos no âmbito das FFCL, o exemplo 02 ilustra a relevância que era dada ao prestigiado professor:

(Exemplo 02)

O prof. Joaquim Mat(t)oso Câmara Júnior é indiscutivelmente, no Brasil, **o primeiro estudioso de Linguística Geral**; primeiro cronologicamente, e único em apresentar em volume as conquistas científicas nesse domínio do espírito humano. **Mesmo que se conte com Portugal, qual é o nome que se lhe iguala?** (Letras, 1954)

Embora não fosse o único pesquisador da área em atividade até meados de 1950<sup>4</sup>, Naro (1976) atribui a ele o *status* de introdutor dessa disciplina no Brasil. Além de precursor, Mattoso Câmara também não media esforços para enquadrar esse novo campo como uma entidade desvinculada do programa investigativo da Filologia – quadro que orientava as pesquisas sobre línguas no País até meados do século XX.

A esse respeito, o estudioso abalizava que a Filologia tratava o estudo das línguas de modo “especialmente diacrônico, focalizado no exame dos textos escritos em vez da pesquisa na língua oral por inquérito com informantes” (MATTOSO CÂMARA JR., 1978, p. 117). A Linguística, por seu turno, trabalhava com análises fincadas no estudo sincrônico da língua, sobretudo com dados de língua falada e, em virtude disso, despontava como um quadro que quebrava com a tradição filológica de pesquisa consolidada não apenas no Brasil, mas também em Portugal, já que, segundo Altman (2004), os estudos linguísticos no Brasil assumiam contornos que espelhavam as tradições de pesquisa dessa nação europeia.

É levando em consideração esse contexto de importação de teorias linguísticas validadas pelos círculos acadêmicos europeus que percebemos que o prestígio agregado ao nome de Mattoso Câmara Jr. não se restringia apenas ao cenário nacional. No excerto 02, por exemplo, observamos o resenhista sugerir que, na década de 1950, um pesquisador da linguagem com o potencial do linguista brasileiro não havia sido revelado nem mesmo em Portugal, país considerado em posição de vanguarda em relação ao Brasil no que se refere aos estudos sobre a linguagem. A pergunta retórica no final do fragmento em destaque assinala a

<sup>4</sup> De acordo com Borges-Neto (2013), os estudos que podiam se chamar de Linguística nessa época eram realizados a partir dos trabalhos de Joaquim Mattoso Câmara Jr. no Rio de Janeiro, Henrique Teodoro Maurer Jr. em São Paulo, Nelson Rossi na Bahia, Rosário Farâni Mansur Guérios e de Aryon Rodrigues no Paraná.

relevância dos estudos desenvolvidos pelo pesquisador, tendo em vista que, mesmo em uma época na qual as pesquisas sobre a língua estavam inclinadas às concepções adotadas na academia lusitana, o chamado pai da Linguística brasileira apresentava estudos sobre língua portuguesa com significativo impacto inovador.

### 3 A Linguística vai abrindo espaço

Com o passar do tempo, pôde-se notar a expansão dos estudos em Linguística no ambiente acadêmico de nosso País e, em virtude disso, alguns periódicos especializados passaram a publicar cada vez mais artigos e resenhas dessa área, descentralizando, assim, um espaço então privilegiado à Filologia. Entre os periódicos da época, merecem destaque o “Boletim de Filologia”, publicado entre 1946 e 1949, e a “Revista Brasileira de Filologia” (RBF), publicada entre 1955 e 1961. Esse último, aliás, era considerado “o principal periódico filológico-lingüístico do Brasil” (COSERIU, 1976, p. 23), já que seus volumes contavam com colaborações de pesquisadores estrangeiros e nacionais, fator que indicava a abrangência e a relevância desse veículo para os estudos linguísticos entre as décadas de 1950 e 1960.

Precisamos salientar, porém, que, apesar de os títulos dessas revistas remeterem ao campo da Filologia, elas eram mais voltadas à publicação de artigos e resenhas vinculados ao escopo teórico da Linguística sincrônica e descritiva. Sobre a RBF, por exemplo, afirmava Coseriu (1976) que um de seus pontos fortes era a colaboração de diferentes pesquisadores estrangeiros e de diferentes partes do Brasil que reconheciam a tradição da revista em publicar trabalhos (repetição) voltados a Linguística. Outro periódico que merece destaque é “Revista Letras” (RL), da qual coletamos parte do *corpus*, promovida pela FFCL da Universidade do Paraná e que iniciou suas atividades em 1953, tendo mantido suas publicações desde então e sendo considerada atualmente a revista especializada em Letras mais antiga do País. Diferentemente das outras duas revistas, a RL, além de estudos linguísticos e filológicos, publicava uma grande variedade de textos sobre estudos em Literatura.

A maior parte dos periódicos acadêmicos da época parecia compartilhar características semelhantes, sobretudo no que se refere ao tipo de instituição aos quais estavam vinculados, ou seja, FFCL, e a presença de colaboradores que mantinham vínculos com instituições diferentes daquelas que publicavam as revistas. Pudemos atestar essa observação em um registro feito na resenha que examinou dois volumes do periódico “Jornal de Filologia”. Vejamos a seguir:

(Exemplo 03)

O prof. Silveira Bueno, da Universidade de S. Paulo, é o diretor desta nova revista de filologia, que se apresenta como publicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras daquela Universidade. **O corpo de colaboradores até agora escolhidos inclui vários dos melhores filólogos brasileiros**, o que, por certo, assegura à revista a boa qualidade que é de desejar numa publicação científica de lingüística. (Letras, 1953)

Consideramos pertinente destacar o fato de que o resenhista se refere a esses colaboradores como “vários dos melhores *filólogos* brasileiros”, embora esteja falando, efetivamente, sobre uma “publicação científica de lingüística”. Essa atitude justifica-se diante do fato de que o *linguista*, em meados do século XX, não era um profissional em evidência no campo das Letras. A realização de trabalhos pautados por essa nova orientação não atribuía ao pesquisador nenhuma distinção em relação aos estudiosos que pesquisavam em outras linhas teóricas. Retomando alguns autores da época, Altman (2004) mostra que para Michaëllis de Vasconcelos (1946, p. 150) “tanto são filólogos os historiadores e investigadores de literaturas, como os historiadores e investigadores de línguas que procuram resolver cientificamente problemas positivos”, bem como aqueles que objetivam analisar aspectos concernentes às dimensões fonéticas, sintáticas, morfológicas, etimológicas, semasiológicas, lexicográficas e dialetológicas inerentes às línguas. Desse modo, reitera-se que os estudiosos da linguagem, independentemente das perspectivas teórico-metodológicas que orientavam suas pesquisas, eram todos considerados filólogos já que os focos de interesse desse campo eram amplos o bastante para se considerar que diversos estudos sobre linguagem eram estudos da Filologia.

No início da produção acadêmica de resenhas na área de Linguística, pudemos observar que havia uma grande ênfase por parte dos resenhistas em enquadrar o assunto da publicação resenhada nas áreas da Filologia ou Linguística. Isso se deve ao fato de que a Linguística passou por um longo processo de aceitação, marcado pela divergência “entre estudiosos que a consideravam importante para o desenvolvimento dos estudos sobre a linguagem, e aqueles que não viam nela contribuições significativas” (SCHNEIDERS, 2009. p. 67). Nessa luta de lugares, a Filologia manteve notoriedade e prestígio durante a primeira metade do século XX e somente a partir da década de 1950 sua supremacia começou a dividir espaço com a efervescência do Estruturalismo. Segundo Schneiders (2009, p. 67), a forte tendência diacrônica dos estudos vinculados a Filologia levou muitos estudiosos da época a questionarem a relevância de pesquisas de natureza sincrônica.

A tradição hegemônica dos estudos históricos sustentou-se durante a primeira metade do século XX. A partir dos anos 1950, começaram a aparecer os primeiros trabalhos em Filologia dedicados a estudar a língua considerando o eixo das

simultaneidades, o que pode ser encarado como uma das primeiras influências da Linguística nos estudos sobre a linguagem que eram realizados no Brasil. Observa-se, a partir de então, o abrandamento da querela entre essas duas correntes, sendo que uma passaria a expandir cada vez mais o seu escopo e influenciar os princípios teóricos e metodológicos das pesquisas que estavam por vir.

Reportando-nos a Foucault (1999, p. 35), entendemos que uma disciplina “é um princípio de controle da produção do discurso” e, por isso, consideramos importante demarcar como cada área se validava e se realizava como ciência para entender o conteúdo das resenhas que versavam sobre livros vinculados a essas disciplinas. Na apreciação de “Fonologia Mirandesa I” (1959)<sup>5</sup>, de José Herculano de Carvalho, por exemplo, podemos observar um importante aspecto a esse respeito. O trabalho resenhado retoma os estudos empreendidos no início do século XX por Leite de Vasconcelos acerca da interpretação gramatical da língua mirandesa, porém, renunciava à perspectiva filológica empreendida no estudo antecedente.

A não filiação do trabalho à tradição teórica filológica é encarada pelo resenhista como uma característica positiva e é alvo de elogios. Vejamos a seguir:

(Exemplo 04)

O seu monumental trabalho [de Leite de Vasconcelos] foi um marco importantíssimo, tanto para o conhecimento do mirandês como para a consolidação daqueles cânones e método na filologia portuguesa. **Não era de desejar, entretanto, a manutenção dessa linha doutrinária, que na ciência moderna está definitivamente superada.** E Herculano de Carvalho, que encetara a sua pesquisa em 1953, como êle próprio declara, “alheio ou pouco mais ou menos ao ponto de vista funcional na lingüística”, julgando que “fôsse bastante corrigir ou precisar alguns pormenores menos exatos dos estudos de Leite de Vasconcelos” (p. 3) compreendeu dois anos mais tarde que “havia chegado o momento de tomar uma decisão perante o ponto de vista funcional no estudo da linguagem” [...]. **Quem subscreve a presente Resenha não pode deixar de congratular-se com essa conversão, que traz para idéias, que lhe são caras e ainda encontram certa relutância em Portugal e no Brasil, o precioso apoio de um grande filólogo luso.** (Letras, 1959)

Neste trecho, observa-se que é conveniente ao enunciador demarcar e prestigiar a inserção da obra em um campo que considera inovador – a Linguística – em detrimento de um domínio que julgava estar superado – a Filologia. É digno de destaque que, embora houvesse estudos orientados pelas especificidades do campo da Linguística – como o trabalho resenhado –, boa parte da publicação acadêmica das décadas de 1950 e 1960 estava sob a etiqueta de estudos filológicos, o que indica a relevância e perenidade desse campo. Isso pode ser observado no exemplo em destaque quando atentamos para a maneira pela qual o resenhista se refere a Herculano de Carvalho, autor do livro, chamando-o de *grande filólogo luso*. Embora a

---

<sup>5</sup> Os anos destacados em parênteses se referem à data da publicação da resenha e não da obra resenhada.



análise desse pesquisador esteja situada no arcabouço teórico-metodológico da Linguística, ele é enquadrado como filólogo pelo resenhista.

Nesse período, a figura do filólogo tornava-se cada vez mais fluida, assim como a própria noção de Filologia. Altman (2004) nos revela que foi justamente nessa época que esse campo começou a perder os contornos de seu objeto investigativo, figurando entre seus interesses tópicos tão variados quanto a análise e a edição de textos antigos, elaboração de gramáticas históricas, a estilística, a crítica literária, a etimologia e a dialetologia. Nessa ampla gama de investigação, muitos resenhistas pareciam não chegar a um consenso sobre em que área se inseriam) as obras examinadas e quais os princípios teórico-metodológicos de cada uma delas.

Na resenha do livro “Iniciação à Filologia Portuguesa” (1954), observamos a opção do resenhista em não se posicionar acerca do escopo das duas áreas, revelando um não comprometimento com a polêmica teórica de outrora:

(Exemplo 05)

**Sobre os conceitos de “filologia” e “lingüística” muito se poderia discutir.** Não é ponto pacífico, portanto não importa dizer não concordamos integralmente com as distinções entre elas estabelecidas. Cada qual, pode, porém, com boas razões, defender seu ponto de vista. (Letras, 1954)

A distinção não consensual entre o que seria um estudo filológico e um estudo linguístico é percebida no excerto acima quando o resenhista declara que a diferença entre os dois campos não é bem delimitada e que não concorda integralmente com as distinções que têm sido estabelecidas, embora sem revelar quais são elas. Essa imprecisão, bem como a amplitude dos focos investigativos, aliás, podem ser evidenciadas no acervo das publicações da segunda metade do século XX.

No tocante à publicação de resenhas acadêmicas, observamos, em nosso levantamento, que, entre as décadas de 1950 e 1970, os estudiosos assumidamente de tradição filológica dedicavam-se a tecer considerações sobre livros como “Notas de Português de Filinto e Odorico” (1955), “Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa” (1959), “Gramática do Latim Vulgar” (1959), “Pequena Gramática para a Explicação da Nova Nomenclatura Gramatical” (1960) e “O Problema da Língua Brasileira” (1961). Essas publicações acadêmicas revelam, entre os objetos de interesse, trabalhos voltados à vulgarização do campo da Filologia e estudos sobre a etimologia e a gramática do português bem como sobre as variantes linguísticas. Já no polo teórico de orientação Linguística, destacam-se a resenha do prestigiado livro “Princípios de Lingüística Geral como Introdução aos Estudos Superiores de Língua Portuguesa” (1954), considerado um dos fundadores da Linguística Geral no Brasil, e a obra de sintaxe “Introduction à l’étude des structures grammaticales fondamentales” (1968), entre outros trabalhos de orientação sincrônica.

É digno de destaque o fato de que, durante essas décadas, as publicações enviesadas por parâmetros filológicos diziam respeito a análises e descrições de línguas, enquanto as publicações voltadas ao campo Linguística focalizavam a difusão de seus princípios teóricos e metodologias. Assim sendo, essas resenhas acadêmicas publicadas nos remetem a um período no qual os estudos sob a orientação linguística buscavam sua consolidação. Os estudiosos defensores do campo da Filologia, que abrigava um foco investigativo por deveras heterogêneo e uma metodologia considerada imprecisa pelos estudiosos da época, lutaram pela manutenção dessa doutrina. A Linguística, por sua vez, contou com forte apoio acadêmico e passou a se dedicar a subáreas nas quais a Filologia já atuava como a análise e descrição linguística e o ensino de línguas. Por outro lado, colocou em segundo plano as pesquisas sobre etimologia, detendo-se no caráter heterogêneo e social das línguas.

#### 4 A demarcação das terras linguísticas

A amplitude do escopo de investigação atribuído a Filologia, com o passar do tempo, começou a causar certos conflitos no que se refere à pesquisa e ao ensino de línguas, uma vez que nem todos os profissionais da linguagem seguiam um mesmo direcionamento teórico. Sob as credenciais de “filólogo”, por exemplo, havia gramáticos, estudiosos da Dialectologia, da Lexicografia, da Linguística, da Etimologia e da Literatura. Nesse ambiente, cada filólogo empregava, em suas funções de pesquisa e de docência, noções e termos gramaticais que variavam de acordo com a linha doutrinária que orientava seus trabalhos. A esse respeito, Clare (2002) nos diz que, nos últimos anos da década de 1950, o Ministério da Educação e da Cultura (MEC), percebendo que o objeto investigativo da Filologia havia perdido seus contornos, reuniu um grupo de pesquisadores e os incumbiu da missão de uniformizar termos gramaticais a fim de controlar a flutuação terminológica existente e padronizar as referências descritivas da língua sem privilegiar nenhuma doutrina teórica. O glossário de termos técnicos foi publicado em 1959 sob o título de *Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)*.

Esse momento histórico aparece registrado no exemplo 06, de uma resenha publicada em 1960 em que o produtor aprecia um livro dedicado a explicar a NGB:

(Exemplo 06)

A Pequena Gramática, em pouco mais de um ano, atingiu seis edições e a tiragem, excepcionalmente alta para o Brasil, de 50.000 exemplares. [...] Ela merece a atenção do público [...] porque foi publicada alguns meses depois da aprovação oficial da nova nomenclatura gramatical brasileira, **elaborada por um grupo de insígnis filólogos** e destinada a uniformizar e simplificar a terminologia usada nas gramáticas e livros didáticos no Brasil. [O autor] contribuirá, através dos seus

livros didáticos e através de obras científicas (que são de esperar dêle), para a **renovação da filologia brasileira** (Letras, 1960)

Sendo o profissional que estudava a língua, independentemente do ponto de vista adotado – para citar um termo saussuriano –, vimos que, mesmo os trabalhos desenvolvidos sob a perspectiva da Linguística, eram atribuídos à figura do filólogo. Seu estatuto de pesquisador credenciado a realizar estudos sobre a linguagem também refletia o fato de que, nessa época, os cursos de Letras não contavam com nenhuma cadeira de Linguística e seguiam uma orientação pautada pelo campo da Filologia, embora as diferenças entre esses dois campos já pudessem ser traçadas. No tocante a essa questão, Clare (2002, p. 02) leva em conta o fato de que um objeto de ensino e de pesquisa “é variável o bastante para que se possa considerar que uma única doutrina possa dar conta” e, além disso, considera que “cada professor tem o direito ético de privilegiar essa ou aquela doutrina, sem que, por isso, seja condenado”. Desse modo, no final dos anos 1950, havia 83 cursos de Letras em funcionamento no Brasil, todos norteados pela concepção filológica que direcionava o ensino de línguas a uma perspectiva histórico-diacrônica (VANDRESEN, 2001). A Linguística, por seu turno, não era disciplina regularizada e não fazia parte da grade dos cursos de Letras até 1962, quando aconteceu uma reforma curricular através de uma Resolução emitida pelo Conselho Federal de Educação (CFE).

A partir do Parecer nº 283/62 do CFE, a Linguística passou a ser incluída como matéria básica e obrigatória na grade dos cursos de Letras (CASTILHO, 1963), e a distinção entre o escopo dos dois campos e sobre as tarefas do linguista e filólogo continuou a se delinear. As resenhas da época, aliás, evidenciavam a ascensão do linguista como estudioso da linguagem que, somente a partir dessa época, passou a estabelecer diferença em relação à figura do filólogo. O excerto destacado em 07 ilustra esse momento histórico documentado nas resenhas coletadas em nosso corpus:

(Exemplo 07)

Declara-se, no prólogo que [a publicação] não será a tribuna de uma determinada escola, mas recrutará seus colaboradores, em primeiro lugar, entre aqueles que procuram definir a estrutura de uma língua pelo exame do seu funcionamento. **Mas, as pesquisas levadas a efeito hoje põem o linguista em contato não só com os filólogos**, especialmente com a literatura, e também com os sociólogos, os psicólogos e outros, que tratam das diferentes formas do comportamento humano. (Letras, 1966)

Podemos ver, na análise de algumas resenhas, que, semelhante ao que atesta o exemplo 07, o linguista passa ser encarado como um estudioso que mantém pontos de contato com o filólogo, embora não se trate de um pesquisador alinhado

aos mesmos pressupostos. No excerto 07, o linguista é apresentado como um investigador que também deve manter uma relação de diálogo com cientistas que não lidam especificamente com as questões de linguagem – como é o caso dos sociólogos e psicólogos – mas que se dedicam a compreender as formas de comportamento humano. Essa afirmação nos leva a uma demarcação do lugar do linguista, nos levando a interpretação de que a ele interessa o funcionamento da língua como atividade humana, como objeto de natureza psicossocial.

## 5 O reposicionamento dos métodos, do objeto e dos objetivos

Apesar dos avanços e conquistas apontados no ramo da Linguística, estudiosos como Castilho (1963, p. 34) não deixaram de fazer críticas às deficiências do currículo da área, sobretudo devido ao fato de que “Faculdades de Filosofia do Brasil não anda[va]m desacompanhadas no descaso com que têm cuidado da formação didática de seus alunos” e afirmava que não considera “admissível que se continue a acenar ao aluno com as inovações e progressos nos variados campos científicos sem dotá-lo de meios de transmiti-los”. Na verdade, Castilho (1963, p. 35) já havia percebido que havia uma espécie de “aversão de certos professores universitários aos problemas da transmissão das técnicas de ensino” e observou que, para alguns desses professores, a atribuição desse papel “seria prejudicial aos seus planos de pesquisa”. Discutia-se, então, que ao linguista poderia ser conferida não apenas a atividade de pesquisa sobre a natureza das línguas, mas também a tarefa de formador de professores, bem como a de identificar e solucionar problemas relativos ao ensino deficiente de língua materna e estrangeira.

Diante dessa problemática, não era de surpreender que os primeiros trabalhos em Linguística Aplicada, quadro pouco conhecido no Brasil até então, começassem a despontar como pertinentes para as demandas da época:

(Exemplo 08)

O Prof. F. Gomes de Matos faz a apresentação desta Antologia afirmando que sua publicação se deve a mais uma iniciativa do Instituto de Idiomas Yázigi no sentido de **promover maior difusão dos resultados das pesquisas elaboradas no campo da Linguística Aplicada ao ensino de línguas estrangeiras**. Sendo assim, os artigos selecionados tratam de problemas relativos ao ensino de idiomas e aos progressos verificados naquele fascinante campo de estudos, ainda pouco explorado entre nós. (Alfa, 1970)

O excerto traz a afirmação de que os progressos da Linguística Aplicada, campo que se dedicava, embora não de modo exclusivo, mas principalmente, ao ensino de línguas eram pouco explorados por linguistas brasileiros até então. Nossos

dados mostram que, entre os anos de 1970 e 1990, os resenhistas começaram a discorrer, prioritariamente, sobre obras que exploravam vertentes da que transpassavam as abordagens estruturalistas. Seguindo a tendência mundial, o conteúdo das resenhas sugeria que deveria se expandir as visões sobre o objeto investigativo da Linguística; que os estudiosos deveriam dedicar-se a abordar aspectos que não fossem os estritamente formais, seja no que se refere a pesquisas sobre descrição linguística ou ao processo de ensino e aprendizagem. No tocante a essa questão, o exemplo 09 ilustra o modo pelo qual os linguistas encaravam as transformações em seus objetos de investigação:

(Exemplo 09)

**Constata-se que a Lingüística está repensando seus métodos, seu objeto, sua terminologia, enfim, sua cientificidade.** Tudo leva a crer que as análises devem exceder o nível da frase, levando em conta fatores como o texto, o contexto e até as intenções dos falantes naquela escolha verbal, conforme alguns teóricos já anunciaram. (Filologia e Linguística Portuguesa, 1997)

O trecho permite identificar o interesse dos pesquisadores da época por continuar expandindo os domínios da Linguística, por desenvolver trabalhos que superassem as concepções formalistas que estavam na gênese desse campo epistemológico e de noticiar essas inovações. Apesar disso, Vandresen (2001, p. 03) nos mostra que, logo que os primeiros cursos de pós-graduação começaram a funcionar, a partir da década de 1970, houve grande dificuldade em encontrar professores especializados em uma disciplina que havia sido institucionalizada há menos de uma década, o que dificultava o almejado progresso dessa ciência. O autor informa que, entre as medidas adotadas para minimizar a falta de recursos humanos, estavam a contratação de professores estrangeiros e a permissão para que um mesmo professor pudesse atuar em mais de um curso de pós-graduação.

Com a formação de novos pesquisadores, o problema da falta de recursos humanos foi paulatinamente sanado no início dos anos 1980. No entanto, os orientadores de mestrado e doutorado começaram a se preocupar também com a condição dos trabalhos produzidos, a fim de fortalecer e elevar a qualidade os cursos e das pesquisas produzidas na pós-graduação. Sendo assim, não foi difícil reparar que muitos estudiosos ainda encontravam problemas no desenvolvimento de suas pesquisas, sobretudo na redação e na elaboração de problemas. Não raro, alguns livros sobre a escrita acadêmica eram publicados e despertavam a atenção dos resenhistas. O conteúdo destacado em 10, por exemplo, apresenta um relato sobre as dificuldades enfrentadas por mestrandos na escrita do trabalho acadêmico:

(Exemplo 10)

Professor de Métodos e Técnicas da UFPR, o Autor decidiu enfeixar em pequeno volume as informações básicas e mais freqüentemente solicitadas por sucessivas levas de mestrandos que se defrontam, atônitos, com a tarefa da tese. Segundo muitos desses estudantes, os livros disponíveis sobre o assunto costumam pecar por um de dois extremos: ou bem se excedem em minúcias, tornando difícil a consulta, ou bem silenciam sobre aspectos importantes da estrutura da tese. [...] O Autor foi particularmente feliz na segunda parte, justamente a mais importante. Nela é exposta com clareza e segurança a questão do problema de pesquisa, item que poucos roteiros abordam e muitas dissertações trazem mal formulado. (Letras, 1982)

Tal fragmento nos remete a um período histórico em que a pós-graduação na área de Letras e Linguística começava a se desenvolver, mesmo em meio a condições de produção dificultosas, haja vista que, à problemática da qualidade dos textos acadêmicos, somavam-se fatores como falta de bibliotecas, pouca circulação de artigos e comunicação escassa entre pesquisadores (SANTOS, 2015). Se, por um lado, os cursos de Letras passavam a contar cada vez mais com profissionais pós-graduados, as condições desses cursos eram precárias e os diagnósticos de avaliação da área não eram nada animadores. Para se ter ideia, Santos (2015), reportando-se ao documento “Avaliação e Perspectivas” publicado pelo CNPq em 1982, mostra que na época havia uma média inferior a 4 doutores por curso de pós-graduação, a produção científica apresentava uma média de 0,7 trabalhos por docentes e os discentes demoravam cerca de 4 anos para concluir o mestrado e sete para conclusão do doutorado.

Esse ambiente indesejado na área de Letras e Linguística era dissonante do contexto de ampliação das políticas de financiamento de bolsas de iniciação científica, para cursos de pós-graduação e para projetos de pesquisa.

Nos anos 1990, a cultura acadêmica começou a se basear no ditado “Publique ou pereça!”, uma vez que, para ter acesso ao financiamento de pesquisas, era necessário que o pesquisador comprovasse sua produtividade intelectual a partir da quantidade de publicações acadêmicas (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010). O mérito passava a ser medido, principalmente, através da contabilização de artigos científicos publicados em periódicos especializados. O pouco rendimento acadêmico acarretava ausência de bolsas de estudos e escassez de incentivo financeiro para melhoria da estrutura, construção de bibliotecas e a circulação dos artigos que eram publicados.

Nessa época, pode-se notar que o artigo científico começou a ser produzido e publicado com maior frequência, a fim de que a produção docente pudesse atender de modo favorável aos critérios de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que valoriza a publicação em periódicos. Apesar disso, observou-se que, na área de Letras e Linguística, gêneros que não tinham o propósito de divulgar os resultados de pesquisas, como a resenha, não foram imediatamente suplantados diante da emergente política do “Publique ou pereça!”.

Isso pôde ser confirmado em um estudo desenvolvido por Motta-Roth (1995), que verificou que 70% dos periódicos mais citados em Linguística em 1990 publicavam esse gênero acadêmico. Esse alto número contrastava com o percentual de 35% dos periódicos de Química e 40% dos de Economia, por exemplo. Tal índice revela que a prática de resenhar ainda era valorizada na área das Letras, haja vista que, a despeito da demanda da CAPES, boa parte da produção acadêmica dessa área era divulgada em livros e a consulta a artigos científicos ainda não se constituía uma forte tradição.

Produzir resenhas, assim, configurava com um mecanismo importante para a avaliação dos produtos científicos disponíveis nessa época. Esses produtos, no entanto, iam se tornando cada vez menos homogêneos, pois parecia inevitável que o conhecimento começasse a ser mais amplamente divulgado em artigos científicos. Foi justamente após essa época que a CAPES propôs a construção de indicadores de qualidade da produção acadêmica. Entre os anos 1990 e 2000, a produção avaliada considerava, de modo prioritário, a publicação em periódicos acadêmicos, o que levou estudiosos das Humanidades a se preocuparem com o tipo de produto que geravam, dado a pouca tradição dessa área em publicar e em consultar textos disponíveis em revistas especializadas. Essa preocupação, na verdade, já existia há alguns anos e foi manifestada publicamente por autores como Fiorin (2007, p.35) que justificava diante que, em algumas áreas, os “livros e capítulos de livros têm relevo igual ou maior do que artigos publicados em periódicos especializados”. Esse período, no entanto, não foi marcado apenas pelos aspectos relacionados à qualificação das produções acadêmicas.

## **6 A Linguística na Educação Básica e a internacionalização da área**

Os anos 2000 testemunharam grandes polêmicas relacionadas ao papel do linguista diante da comunidade não acadêmica. Pelo menos dois momentos foram documentados nas resenhas acadêmicas coletadas e ganharam destaque por terem colocado esse profissional em contato com o público não especialista, a saber: a criação do Projeto de Lei n.º 1676 de 1999, que visava proteger a língua portuguesa do uso de estrangeirismos e empréstimos linguísticos, e a polêmica relacionada ao livro didático “Por uma vida melhor” em 2011, que tinha o propósito de formar cidadãos capazes de usar a língua com flexibilidade a partir do reconhecimento de variações linguísticas. No tocante a essas polêmicas, a primeira de modo especial, vimos as resenhas atuarem como veículo que convocava os linguistas a assumirem um posicionamento diante do grande público, uma vez que sua atuação parecia estar restrita ao ambiente acadêmico, havia pouca divulgação científica e a audiência leiga

não compreendia certos pressupostos que orientavam o trabalho de pesquisa sobre a língua.

Um discurso comum dos linguistas da época, então, era de que deveriam discutir sua própria conduta profissional e rever as atitudes que haviam tomado ao longo dos anos a fim de mudar um paradigma que circunscrevia a divulgação do conhecimento linguística ao ambiente universitário. Esse posicionamento pode ser ilustrado o exemplo 11:

(Exemplo 11)

Em outras palavras, o que precisamos fazer com urgência é dar início a uma ampla discussão em torno da nossa própria conduta ao longo do tempo, com objetivo de corrigir eventuais falhas. (D.E.L.T.A., 2002)

Entre as falhas aludidas pelo resenhista no fragmento em evidência estava o pouco diálogo entre os especialistas e os leigos, fator que dificultava o acesso do grande público ao conhecimento gerado nessa área. Além de atestarem esse problema no início dos anos 2000, os Documentos de Área<sup>6</sup> de 2013 também apontavam para outra lacuna que precisava ser preenchida. Nesse caso, sugeria-se que deveria haver uma maior articulação entre as políticas nacionais de Letras e Linguísticas no tocante às contribuições para a Educação Básica, a fim de que os avanços área pudessem contemplar não apenas o estabelecimento de pressupostos sobre os processos de ensino e aprendizagem, mas também a formação de professores e a internacionalização do conhecimento produzido no Brasil.

Além de dialogar com a Educação Básica, observamos que nos últimos anos muito tem se discutido sobre a internacionalização da Linguística brasileira e da atuação de pesquisadores brasileiros no exterior. Nas resenhas mais recentes, aliás, observamos a presença de comentários sobre a importância de conhecer tendências de pesquisas adotadas no exterior e o estímulo para que estudantes dialoguem com comunidades científicas internacionais, dada a importância de expandir as fronteiras da produção nacional e de cooperação acadêmica. Vejamos:

(Exemplo 12)

A resenha desta obra tem dois objetivos: (1) Apoiar sua divulgação entre estudiosos interessados em ampliar suas perspectivas de pesquisas [...]; e (2) Estimular estudantes de graduação

---

<sup>6</sup> Esses documentos apresentam um panorama de uma determinada área do conhecimento e, conforme o site da CAPES, possuem “uma estrutura dividida em seis tópicos contendo as considerações, requisitos e orientações a respeito do estágio atual da área, das propostas de cursos novos, da avaliação trienal, do Qualis e classificação de livros, eventos e produtos técnicos, de critérios de internacionalização, além da Ficha de Avaliação a ser utilizada no triênio para programas acadêmicos e profissionais”.

Disponível em: <<http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/documento-de-area-e-comissao>>. Acesso em: 25 jan. 2016.



e de pós-graduação a investir em pesquisas que seguem as tendências atuais das comunidades científicas internacionais. (D.E.L.T.A., 2012)

Tal afirmação sugere um incentivo a que jovens pesquisadores busquem orientação nos pressupostos mais recentes adotados por grupos de pesquisa do exterior. Esse excerto, aliás, corrobora com outro avanço destacado no Documento de Área de 2013 que dizia respeito ao fato de que a área de Letras e Linguística estava em estágio avançado de internacionalização. Entre as ações consideradas necessárias para atingir o nível de internacionalização almejado, destacavam-se duas: i) ações de cooperação internacional e ii) ações de acolhimento de professores, pesquisadores e alunos no programa. As ações de cooperação contemplavam atividades relacionadas, principalmente, a formação docente, por meio da realização de estágio de pós-doutoramento no exterior, e formação discente, através do cumprimento de doutorado-sanduíche em instituições de outros países. Já as ações de acolhimento diziam respeito à recepção de professores para ministrar conferências e disciplinas no PPG e de alunos para participação de cursos, encontros e pesquisas.

## 7 É chegada a hora do epílogo

Com esta análise da ambiência envolvida na produção e circulação de resenhas acadêmicas no Brasil, percebemos que os desafios enfrentados, da estabilização da Linguística na academia nacional à internacionalização do conhecimento gerado no Brasil, têm sido muitos. É notório que as características das resenhas acadêmicas dessa área, com o passar do tempo, foram se ajustando às demandas e às especificidades de cada momento histórico que aqui revisitamos e ilustramos através de excertos extraídos das próprias resenhas.

Identificamos alguns fatos que puderam ser registrados na materialidade linguística desse gênero e que nos revelam algumas especificidades dos contextos que o engendram. Em ordem cronológica, destacamos que entre 1953 e 1970, as resenhas eram produzidas em um contexto que remontava a décadas posteriores a fundação e consolidação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras bem como apontam para um período de difícil acesso a publicações acadêmicas. Destaca-se, ainda, a relevância das resenhas acadêmicas para divulgação e avaliação das primeiras publicações vinculadas a Linguística. Essa observação é importante para destacar o papel que esse gênero desempenhava na comunidade acadêmica de outrora, visto que, assim como acontece hoje, tinha o propósito de validar e divulgar o conhecimento produzido na área – porém em uma época em que a produção científica em Linguística estava em seus primórdios, era escassa e de difícil acesso.

A análise nos mostrou, ainda, que as resenhas produzidas a partir dos anos 1970 e 1990 nos remetem a uma ambiência que testemunhava a criação dos primeiros cursos de pós-graduação e enfatizava a necessidade de promover estudos que ultrapassem a divulgação científica e que pudessem trazer contribuições efetivas para a Ciência Linguística a fim de superar as dificuldades enfrentadas pelos estudiosos em produzir pesquisas de qualidade e relevância na área da Linguística. Por fim, a partir dos anos 2000, temos um co(n)texto que evidencia uma grande expansão na produção acadêmica e a adoção de indicadores para avaliá-la, bem como as propostas para a internacionalização da produção científica brasileira.

## Referências

- ADAM, J. M. **A linguística textual: uma introdução à análise textual dos discursos**. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da S. Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. Revisão Técnica: João Gomes das S. Neto. São Paulo: Cortes, 2011.
- ALTMAN, C. Filologia e Linguística - outra vez. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo. n. 6, p. 161-198, 2004.
- BORGES NETO, J. A Linguística Construtural: um capítulo da história da Linguística no Brasil. **Revista Letras**, Curitiba, n. 87, p. 15-38, jan./jun. 2013.
- CAMPOS, N. de; Intelectuais, educação e catolicismo na capital do Paraná (1929-1954). **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, vol. 20, n. 35, p. 137-150, jan./jun. 2011
- CARVALHO, J. L. Q. **Tradições discursivas em resenhas acadêmicas: mudanças e permanências entre os séculos XX e XXI**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- CARVALHO, J. L. Q.; ZAVAM, A. S. Tradições Discursivas: conceitos e métodos para a análise diacrônica de gêneros. **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 41-54, jan. 2018.
- CASTILHO, A. T. de. A reforma nos cursos de Letras. **Alfa**, Araraquara. v. 3, p. 5-44, 1963.
- CLARE, N. A. V. 50 anos de ensino de língua portuguesa (1950-2000). In: VI CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 6. 2002, Rio de Janeiro. **Cadernos do CNLF – Série VI: Leitura e ensino de línguas**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.
- COSERIU, E. Perspectivas gerais: In: NARO, A. **Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 11-40.

- FIORIN, J. L. A criação dos cursos de Letras no Brasil e as primeiras orientações da pesquisa lingüística universitária. **Língua & Letras**, Cascavel. vol. 7, n. 12, p. 11-25. 2006.
- FIORIN, J. L. Internacionalização da produção científica: a publicação de trabalhos de Ciências Humanas e Sociais em periódicos internacionais. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 263-281, dez. 2007.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- MATTOSO CÂMARA JR. J. **Dicionário de Lingüística e gramática**: referente à língua portuguesa. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- MOTTA-ROTH, D. **Rhetorical features and disciplinary cultures**: a genre-based study of academic book reviews in linguistics, chemistry and economics. 1995. 365f. Tese (Doutorado em Letras-Inglês) – Programa de Pós-Graduação em Letras-Inglês, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.
- MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.
- NARO, A. **Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- RODRIGUES, M. C. S. **Multimodalidade e tradição discursiva**: um estudo sobre gênero anúncio publicitário. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- RODRIGUES, M. C. S. **Tradição discursiva no anúncio publicitário de automóveis**: permanências e mudanças do impresso ao digital. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2016.
- RODRIGUES, T. **Tradições discursivas em gêneros jurídicos**: um estudo sobre o gênero denúncia em processos criminais dos séculos XX e XXI. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2016.
- SANTOS, P. B. Letras e a avaliação nacional da pós-graduação: desafios e perspectivas. **Revista da Anpoll**, Florianópolis. n. 39, p. 13-24. jul./ago. 2015.
- SCHNEIDERS, C. M. Sincronia e diacronia: por uma representação nos estudos sobre a Linguagem no/do Brasil nos anos 50. **Raído**, Dourados, v. 3, n. 6, p. 61-72, jul. 2009.
- SENA, K. G. **Anúncios publicitários femininos dos séculos XX e XXI**: um olhar à luz do paradigma das tradições discursivas. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- SILVA, L. B. D. da. **Carta-crônica**: uma tradição discursiva no jornalismo potiguar. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2012.
- VANDRESEN, P. A Lingüística no Brasil. **ComCiência**, Campinas, p. 1-5. 2001.
- ZAVAM, A. S. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva**: um estudo com editoriais de jornais. Tese

(Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística,  
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.



# The sociohistorical development of academic book reviews

---

**ABSTRACT:**

This article is part of a broader research (CARVALHO, 2016) and aims to describe the sociohistorical context that engenders the production and circulation of academic book reviews through the notion of *ambience* – a category derived from the model for diachronic analysis of genres proposed by Zavam (2009). Therefore, 45 book reviews published from 1953 to 2015 in four linguistics journals were selected. The results show that, over time, the characteristics of the book reviews adjust to the demands and specificities of every historical moment.

---

**KEYWORDS:**

Genre Analysis;  
Ambience;  
Book review;